

# HIDROELÉCTRICA DO CÁVADO 1945-1964.

## Uma ideia de paisagem na arquitectura de Januário Godinho

César Machado Moreira

Universidade Lusíada de Famalicão, Portugal

### *Abstract*

*Among many transformations that occur in the territory, some are provoked conscientiously and correspond to cultural and social acts, nominally public works, as there are the hydroelectric exploitations and the human settlements that follow them.*

*In the urban and territorial landscape developed for the five exploitations of HICA analysis, it's evident in the architecture the pragmatism of its conception and the Januário Godinho architecture sensibility "to the landscape rusticity".*

*As per the specific character of each of the pre settled programs for each place, the architect made the correlation with a distinct solution "in the perfect balance between the classicism and the modernity, industry and nature" where "it results the impression in the option of recognize the specific character of each one of the places, to delineate its preferences and actions".*

*First, through three options to read the landscape (the desired landscape, the practiced landscape and the materialized landscape), we explain the methodology we are using to understand the meaning of transformation operated by Januário Godinho architecture in the Cávado landscape recognizing the history of hydroelectric and using the debate around its location and the general lines of its development. Secondly, through a practical application, we use the first of exploitations made, the Venda Nova to exemplify this process of landscape construction in Cávado.*

Os aproveitamentos hidroeléctricos sempre tiveram um impacto imediato e extraordinário na paisagem. No contexto português, a partir do início do século XX, estas infra-estruturas foram um dos principais agentes de transformação do território conduzindo à transformação e à construção de diversas paisagens.

Como é que os arquitectos participaram neste processo?

Fruto de uma política de base agrícola e do elogio de um modo de vida modesto e limitado aos bens mínimos, o Estado Novo manteve, até aos anos quarenta, uma política industrial indefinida (ROSAS e BRITO, 1998:65). Essa estratégia resultou numa gestão débil nas capacidades do aproveitamento hídrico do país e na criação tardia, relativamente a outros países europeus, de grandes centrais hidroeléctricas.

Apesar dos esforços de alguns dos grandes impulsionadores dos aproveitamentos hidráulicos, caso dos engenheiros Ezequiel Campos (1874-1965), Araújo Correia (1894-1978) ou Ferreira Dias (1900-1966), o essencial da produção, transporte e distribuição da energia eléctrica no território nacional, até ao final da primeira metade do século XX, era assegurado por pequenas concessionárias que geravam e abasteciam as principais cidades.



**Figura 1.** Inauguração da Central de Venda Nova, 1951 – Fotografia Alvão, Arquivo Fotográfico da EDP, Porto.

Com base na Lei da Electrificação Nacional de 1944, (Lei nº 2002 de 26/12/1944) onde se definiu com precisão a produção centralizada e a expansão da rede de transporte de energia (RODRIGUES e MENDES, 1999:318), iniciou-se o programa hidroeléctrico nacional com o aproveitamento dos grandes recursos hidrográficos do Zêzere, do Cávado e do Tejo. Também faziam parte do programa, mas ficaram para mais tarde, os aproveitamentos do Douro nacional e Douro internacional, os estudos da bacia hidrográfica do Mondego, assim como outros aproveitamentos de menor dimensão.

Pela sua importância na electrificação e consequente industrialização de Portugal, durante a década de cinquenta e seguintes, os aproveitamentos hidroeléctricos para produção e distribuição de energia eléctrica foram fortemente impulsionados pelo Estado, tornando-se num dos principais factores de propaganda do regime, ajudando a contrariar a imagem demasiado conservadora do Estado Novo.

Conjugando o conhecimento técnico da engenharia com a actividade transformadora da arquitectura, estas grandes infra-estruturas produziram alterações significativas na estrutura territorial do País, revelando uma capacidade modificadora do lugar. Nestas operações ter-se-á manifestado um entendimento específico dos elementos

fisiográficos e culturais do território.

Qual a natureza desse entendimento? E como é que esse entendimento actuou sobre a paisagem?



**Figura 2.** Local da barragem de Venda Nova vista de montante, 1947 – Fotografia Alvão, Arquivo Fotográfico da EDP, Porto.

Este pequeno ensaio não responde de imediato a estas questões mas, a partir da leitura dos aproveitamentos realizados pela empresa Hidroeléctrica do Cávado (HICA), entre os anos de 1945 e 1964, procura compreender o modo como os arquitectos enfrentaram a consideração do lugar, como o lugar afectou a concepção dos seus edifícios e de como estes, por sua vez, incidiram no lugar em que foram incorporados.

No nosso entendimento para se estudarem estas paisagens, é preciso ler e interpretar as formas e dinâmicas do território, a sua topografia, orientações e tensões visuais com a natureza do lugar, tensões que se prolongam na dimensão cultural do território habitado, para, através desse estudo da paisagem, compreendermos o projecto transformador e a organização do espaço que lhe é inerente. No caso da HICA a gestão hierárquica e autoritária do território, da bacia hidrográfica à casa individual, é uma componente radical desse processo de transformação que não podemos perder de vista.

Apesar do elevado número de profissionais que levou a cabo os projectos e a construção daqueles aproveitamentos, destacamos na investigação um protagonista o Arquitecto Januário Godinho, sobre o qual se centram as nossas atenções.



**Figura 3.** Estrada de acesso à central de Venda Nova, 1947 –  
Fotografia Alvão, Arquivo Fotográfico da EDP, Porto.

Januário Godinho foi o arquitecto inicialmente escolhido pela HICA para, juntamente com os restantes técnicos das engenharias, realizar os planos e os projectos dos aglomerados habitacionais e equipamentos técnicos de apoio aos aproveitamentos hidroeléctricos. Sobre uma paisagem transformada pelas grandes barragens, durante dezanove anos, Januário Godinho concebeu nos diferentes escalões do rio Cávado, pequenos povoados urbanos para os operários e para os administradores do complexo, incluindo vários equipamentos básicos de funcionamento como escolas, igrejas, pousadas, habitações, mercados e zonas de lazer. Januário Godinho também projectou alguns dos edifícios industriais, nomeadamente as centrais de Venda Nova, Salamonde e Caniçada assim como os restantes equipamentos de apoio destas centrais.

As novas paisagens do Cávado, criadas por vontade do Estado e impostas pela técnica dos engenheiros, foram o espaço de actuação de um arquitecto “*sensível à rusticidade da paisagem*” (FRANÇA, 1991: 455). Januário Godinho concebeu os bairros de Venda Nova, de Salamonde, de Pisões e vários edifícios para as povoações da Caniçada e da Paradela, evidenciando “*o seu sentido dos sítios e dos acessos e um saudável empirismo que se traduz na escolha dos materiais, nas inflexões ou curvaturas dos espaços, nas relações dos vãos com a paisagem*” (PORTAS, 1987:136).

Estabelecem-se, neste ensaio, dois momentos que nos permitem guiar nas operações realizadas pela HICA naquele território e qual o papel que o arquitecto desempenhou nessas operações.

Num primeiro momento, através de três hipóteses para ler a paisagem, procuramos

explicar a metodologia que estamos a utilizar para compreender o sentido de transformação operado pela arquitectura de Januário Godinho na paisagem do Cávado, reconhecendo a história dos aproveitamentos e utilizando o debate em torno da sua localização e das linhas gerais do seu desenvolvimento.

Uma análise realizada com recurso não só às obras individuais, nos seus aspectos conceptuais e construtivos, mas também aos processos políticos e decisórios subjacentes, aos instrumentos financeiros e aos impactos económicos e sociais resultantes. Esclarece-se que não procuramos uma análise formal das obras, tendencialmente subjectiva, mas sim a reconstituição do processo que concebeu essas obras.

Num segundo momento, através de uma aplicação prática, utilizamos o primeiro dos aproveitamentos realizados, o de Venda Nova para exemplificar esse processo de construção da paisagem no Cávado.

O primeiro momento: Três hipóteses para ler a paisagem.

A investigação procura identificar em Januário Godinho uma forma de pensamento, de percepção de uma expressão humana informada por códigos culturais determinados, na qual a paisagem é entendida como interpretação, como um ponto de vista, uma forma de pensar e apreender o lugar. Para cumprir esse objectivo, não sendo a paisagem apenas uma descrição e explicação do território, é necessário que haja uma apreciação estética desse lugar, processo designado por Alain Roger de “*artialização*” (ROGER, 1997:16), ou seja, será necessário transformar o espaço visível através de uma apreciação estética positiva que envolva uma série de conhecimentos interdisciplinares, da arquitectura à arte, à geografia, à engenharia, à história, à sociologia ou à economia.

Interessa-nos entrar no processo de inserção da arquitectura de Januário Godinho, nos aproveitamentos Hidroeléctricos do Cávado, através da dialéctica entre ciência e paisagem, estudada como descodificador da construção territorial. Processo que gerou, nas centrais e nos bairros para operários, novas formas de apropriação da natureza modificando o sentido atribuído a um território.



**Figura 4.** Vista do Rio Cávado, 1946 – Fotografia Alvão, Arquivo Fotográfico da EDP, Porto.

Propomo-nos ler as obras realizadas pela HICA à luz de três ideais de paisagem que correspondem a três hipóteses da sua transformação: a *paisagem desejada*, pela ambição do Estado Novo em modernizar o País através da rede hidroeléctrica apoiada na HICA, a *paisagem praticada* e existente antes das intervenções e a *paisagem materializada* pelos arquitectos. Enunciamos estes três momentos como hipótese capaz de nos permitir penetrar nos critérios que guiaram a concepção dos projectos até à sua forma final.

O conceito de paisagem transforma-se consoante os seus significados, objectivos e subjectivos, a sua realidade ou representação, o material e o mental, o tempo e a cultura. Com efeito as ideias sobre a paisagem, assim como sobre a historia ou a tradição, modificam-se com o tempo de acordo com as transformações culturais operadas nas diferentes sociedades. “Não podemos formar uma ideia da paisagem excepto nos termos das suas relações temporais assim como espaciais,” (ANDRESEN, 1992:25) são as dinâmicas dos conteúdos que expressam as transformações e as tensões nas valorizações culturais da própria paisagem.

Estando o objecto deste trabalho circunscrito num espaço/ tempo determinado, para se desenhar os sentidos que a paisagem tomou, teremos que ter um entendimento da paisagem no contexto português realizado em três momentos distintos.

Para as duas primeiras, os da paisagem desejada e da paisagem praticada, identificando os principais discursos sobre essas paisagens realizadas nas décadas de quarenta a sessenta.

A partir de 1940, especialistas em várias áreas do conhecimento manifestaram, de

forma simultânea, o seu interesse em compreender os usos, culturas e modos de vida populares dos Portugueses, com grande incidência para o interior do país. Um interesse iniciado com o inquérito à habitação rural pelos engenheiros agrónomos do Instituto Superior Técnico (IST), e continuado mais tarde com o Inquérito à arquitectura popular e com as pesquisas dos antropólogos e dos etnólogos. Durante esses anos, mas de forma independente, desenvolveu-se um interesse no aprofundar das matérias relacionadas com os espaços rurais originando diferentes grupos de trabalho, liderados por Keil do Amaral (1910-1975) na Arquitectura, Orlando Ribeiro (1911-1997) na Geografia, Jorge Dias (1907-1973) na Etnografia e Lindley Cintra (1925-1991) na Linguística, com o propósito de estudarem a diversidade cultural e paisagística de Portugal e de encontrarem características comuns.

Estes trabalhos, não foram realizados de forma concertada, mas possibilitaram uma abordagem ao interior do país, às suas gentes e às suas construções, através da qual é hoje possível perceber-se uma forte relação entre as diferentes disciplinas. Com processos de recolha semelhantes, para descrever e interpretar o popular, as diferentes áreas aproximaram-se da ruralidade da paisagem portuguesa, permitindo-nos, através da análise das suas conclusões compreendermos melhor as regiões interiores do Norte de Portugal, a sua cultura e, em particular, a arquitectura praticada.

Na terceira hipótese, a da paisagem materializada pretende-se entender e interpretar a arquitectura e as paisagens realizadas, os seus significados na cultura do território português, abrindo um novo diálogo que permita estabelecer novos vínculos e aproximações ao património industrial. Isso será possível através de uma visão que reclame os seus valores históricos, culturais e estéticos e revele as qualidades que fazem a paisagem e a sua arquitectura serem detentoras de uma identidade própria. Essa paisagem e a sua arquitectura deram origem a lugares hoje abandonados, onde, *“...esse tempo de fervilhar construtivo, com dezenas de engenheiros e capatazes, com milhares de operários e famílias, iria dar lugar a este tempo de ficção científica em que o extraordinário aparato técnico da barragem funciona automaticamente, comandado à distancia...”* (TAVARES, 2000:140).

O Segundo momento: Uma aplicação prática - O aproveitamento de Venda Nova.

O território em análise neste trabalho é a bacia hidrográfica do Cávado nas suas

dimensões físicas e sociais. A implantação das barragens é naturalmente condicionada pelas características hidrográficas e geomorfológicas que, por sua vez, resultam de contrastes naturais como o relevo, o clima ou a geologia. Os estudos que deram origem à HICA resultaram de um plano territorial que dividia o país em três principais áreas produtoras de energia: o Norte com os rios Cávado, Douro, Paiva e Lima, o Centro com os rios Tejo, Zêzere, Ocreza e Mondego e o Sul com o rio Guadiana.

As centrais hidroeléctricas realizadas pela HICA, dispostas pelos vales do Cávado e afluentes, localizam-se no Noroeste de Portugal, na região geográfica do Norte Atlântico (RIBEIRO, 1991:145), na província do Entre-Douro-e-Minho. Uma região caracterizada por relevos vigorosos e de topos aplanados a 1300 e 1400 metros, correspondentes às Serras da Peneda, Soajo, Amarela e Gerês, entre as quais surgem, por entre vales de fractura e vertentes jovens, os rios Minho, Lima, Cávado, Homem e Ave (BRITO, 1994:49).

O Rio Cávado, é um dos quatro rios que possuem um percurso inteiramente português, nasce na serra do Larouco, a uma altitude de 1527 metros, e corre na direcção nordeste/sudoeste indo desaguar, após 129 Km, no Oceano Atlântico, em Esposende. A sua bacia hidrográfica cobre uma área de 1589 Km<sup>2</sup> e é bordada pelas Serras do Larouco, Gerês, Barroso e Cabreira. O Cávado, no seu curso superior as cotas ultrapassam frequentemente os 700 metros. Vai descendo gradualmente até aos 400 metros de altitude, cota que atinge a cerca de 100Km da foz, onde corre já em vale encaixado, e daí até cerca de 44 Km da foz, onde então corre em vale aberto e abaixo dos 50m de altitude integrado na planície aluvionar. O seu perfil, estreito e acidentado, sulcado por cursos de água, ostenta importantes rupturas de declive e vales de fractura (JACINTO, 2004: 801). As suas quedas elevadas numa zona de grande pluviosidade ofereceram a possibilidade de criação de albufeiras com capacidade hidrográfica conveniente e em circunstâncias favoráveis para apresentar caudais de estiagem elevados. Essa morfologia criou condições únicas para a realização de um sistema hidroeléctrico, com quedas significativas, e custos reduzidos na construção, tendo sido dos primeiros rios a ser estudado<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> O aproveitamento hídrico do rio Cávado desde de cedo suscitou grande interesse. Sendo os primeiros estudos conhecidos realizados por Rodrigues Nogueira em 1920, a quem a respectiva concessão chegou mesmo a ser outorgada mas que nunca chegou a ser executada. Contudo, em 1946, num texto de referência sobre a electrificação de Portugal Ezequiel de Campos afirmou: “*fui analisar o Cávado em 1911, bem antes do ante-projecto de Rodrigues Nogueira, embora não exista qualquer registo desse estudo.* (CAMPOS, Ezequiel de, “*Electrificação*”, in *revista da Ordem dos Engenheiros*, Ano IV, Nº27, 1946, Lisboa, p. 169).

Na sua margem esquerda nasce, entre as serras do Barroso e do Larouco um dos seus principais afluentes o rio Rabagão. Ainda correndo dentro do vale do Cávado, encontramos o rio Homem que nasce na serra do Gerês, separando-a da serra Amarela, o rio Neiva que nasce nos contrafortes da serra Amarela, pequeno e de percurso sinuoso e o rio Caldo igualmente com curso pequeno e descrito por Orlando Ribeiro como “...uma das mais belas cutiladas de vales estruturais que existem” (RIBEIRO, 1995:287).

As elevadas pluviosidades registadas no curso montanhoso do Cávado, permitiram a construção, neste rio e nos seus afluentes, de um dos mais importantes conjuntos de barragens do País, tendo a HICA projectado e construído seis escalões<sup>2</sup> hidroeléctricos. O escalão de Venda Nova no rio Rabagão (1951), os escalões de Salamonde (1953) e da Caniçada (1955) no rio Cávado após a confluência do rio Rabagão, o escalão de Paradela (1958) a montante de Paradela e o escalão do Alto Cávado (1959) no rio Cávado e o escalão do Alto Rabagão (1964) no rio Rabagão a montante de Venda Nova. Para além destes, há ainda a referir um sétimo escalão, o de Vilarinho das Furnas, situado no rio Homem e realizado já nos anos 1970, após a unificação das empresas hidroeléctricas<sup>3</sup> na Companhia Portuguesa de Electricidade – CPE, o qual já não está no âmbito do nosso trabalho.

Os seis escalões situam-se ao longo do rio Cávado e dos seus afluentes Rabagão e Homem, dentro dos limites dos concelhos de Montalegre, Vieira do Minho, Terras de Bouro e Barcelos, pertencendo o primeiro ao distrito de Vila Real e os restantes ao distrito de Braga.

A concessão do plano de aproveitamento do sistema Cávado – Rabagão foi outorgada em 27 de Dezembro de 1945, estando inicialmente previsto a construção dos escalões de Venda Nova, de Paradela, de Salamonde e da Caniçada.

Os trabalhos de construção iniciaram-se em 1946, com a construção da barragem de Venda Nova projectada pelo Engenheiro francês André Coyne (1891-1960)<sup>4</sup> e

---

<sup>2</sup> Entende-se por escalão as barragens e respectivas infra-estruturas. Foram construídos, durante o período de direcção da HICA, seis escalões que deram origem a cinco aproveitamentos hidroeléctricos.

<sup>3</sup> Em 1969 através do Decreto lei nº49211 realizou-se a fusão das sociedades concessionárias de aproveitamentos hidroeléctricos, termoeléctricos e transporte dando origem à Companhia portuguesa de Electricidade.

<sup>4</sup> A. Coyne desenhou cerca de 70 barragens em 14 países, foi chefe dos serviços técnicos das grandes barragens em França e presidente da comissão Internacional das grandes barragens. Em Portugal, concluiu em 1943 o projecto da barragem de St. Luzia e foi o responsável pelo primeiro projecto para a barragem de castelo de Bode. Foi contratado para projectar a barragem de Venda Nova, e a sua presença na HICA teve como principal objectivo ampliar as

terminariam em 1964 com o enchimento da albufeira do Alto Rabagão. Em 1954, estando em construção o último dos quatro escalões do sistema Cávado – Rabagão concedidos para exploração à HICA, o de Paradela, os serviços técnicos da empresa estudaram as cabeceiras daqueles rios na intenção de avaliar o interesse da construção de um quinto e sexto escalões em complemento das obras já realizadas. Desse estudo verificaram a viabilidade de criar um novo escalão no Alto Rabagão e um outro no Alto Cávado. A relevância deste estudo, (que possibilitaria derivar as águas do alto Cávado através da criação de uma grande albufeira), permitiu a sua viabilidade e inclusão no 2º Plano de Fomento de 1959-1964. Estes foram os últimos escalões construídos sob a direcção da HICA.

O conselho de administração da HICA, presidido pelo Engenheiro Pedro Ignacio Alvares Ribeiro (1887-1976), reuniu-se pela primeira vez no dia 30 de Outubro de 1945, no Porto. Nesta reunião onde foram fundamentalmente discutidas questões orçamentais foi, reafirmada a necessidade de se iniciarem os trabalhos do primeiro aproveitamento o mais rapidamente possível dada a gravidade da falta de energia que atingia o Norte de Portugal<sup>5</sup>.



**Figura 5.** Antiga povoação de Venda Nova após o enchimento da albufeira, Abril 1951 – Fotografia Alvão, Arquivo Fotográfico da EDP, Porto.

As obras da barragem de Venda Nova iniciaram-se em 1946, mas a sua construção foi prejudicada por dificuldades de natureza económica, sendo só em 1948 que se iniciaram as escavações para as fundações e para os trabalhos de desvio do rio. Em

---

capacidades técnicas dos engenheiros da empresa para o desenvolvimento dos projectos das barragens. Projectou igualmente a barragem de Salamonde.

<sup>5</sup> Acta nº 1, de 30 de Outubro de 1945, Arquivo Histórico da Fundação EDP, Actas das Reuniões do Conselho de Administração da HICA, pg.1.

Outubro de 1949 começaram as betonagens que permitiriam o enchimento da albufeira em Agosto de 1951.

Com a construção da barragem, cuja capacidade de enchimento atingiu os 700 metros de cota, vários hectares de terreno foram, como previsto pela HICA, inundados, incluindo uma pequena povoação, a da Venda Nova, que estava localizada na margem esquerda do rio Rabagão.

Para a deslocação dos habitantes da Venda Nova, a HICA recriou uma nova povoação com o mesmo nome, a cerca de 4 Km da nova barragem, contratando o arquitecto Januário Godinho para desenhar os principais espaços e edifícios da nova aldeia. O arquitecto desenhou a praça central e o fontanário, o cemitério, a igreja, a escola e as casas do pároco e da professora. Inicia-se, com estes projectos datados de 1947, a colaboração de Januário Godinho com a HICA.

Para alojamento do pessoal foi construído um bairro residencial apoiado por diversos equipamentos sociais<sup>6</sup>. No primeiro estudo prévio, o aglomerado localizava-se numa encosta da serra do Gerês, a 400 metros da central e 40 metros acima do leito do rio, na margem direita do Cávado, a Norte da central de Venda Nova.

O bairro foi inicialmente imaginado para albergar o quadro de pessoal ao serviço da central quando em funcionamento, constituído por 36 homens com as respectivas famílias e era constituído pela residência do engenheiro-chefe, uma pousada-albergaria para alojamento do pessoal solteiro e 7 grupos de 2 moradias destinadas a pessoal com família, uma escola, centro social, edifício de serviços colectivos (bens de primeira necessidade) e capela. Não sendo conhecida a autoria deste primeiro projecto, nem pela análise aos registos das actas do conselho de administração ou dos desenhos ou das memórias descritivas, podemos supor que o mesmo foi realizado pela equipa de engenheiros dos serviços de engenharia civil da HICA, não contando com a participação de Januário Godinho. Mas podemos perceber, pela memória descritiva datada de 20 de Janeiro de 1948, que foi dada grande atenção à sua implantação, tratando-se de um “...terreno nas imediações da central...”, num “...local soalheiro e agradável... em grande parte cultivável...” e com uma “...exposição que

---

<sup>6</sup> “Dada a diferenciação das categorias deste pessoal e a situação da central, afastada muitas dezenas de quilómetros de qualquer centro urbano, é de admitir para a sua maioria habitações familiares e a conseqüente necessidade de instalações de interesse geral.” Memória descritiva e justificativa do aglomerado habitacional da central de Vila Nova, Assinado pelos Serviços de engenharia civil, em 20 de Janeiro de 1948 – Arquivo técnico da EDP, Porto, (PRT-1948-00001) p.1.

permitiu dar às construções orientação conveniente”<sup>7</sup>.

Em Maio de 1948, quatro meses após o primeiro estudo, surgiu novo plano para o bairro dos operários, agora já assinado por Januário Godinho, onde foi proposta nova localização para o bairro. Propõem alterações à implementação, relativa ao primeiro projecto, deslocalizando o bairro para uma distância de 800m da central, entre as cotas 360 e 450, na margem oposta do rio e voltado a poente, na direcção à futura albufeira de Salamonde. Propõem também, alterações ao programa tornando-o muito mais extenso e faseado. Nele são incluídos: 2 residências para engenheiros-chefes, 8 residências para o pessoal encarregado, 28 residências para o pessoal operário, 1 albergaria para o pessoal encarregado e operários, 1 escola, 1 centro social, 1 edifício para serviços colectivos, piscina, parque de jogos e uma capela.

Tendo sido a construção do aglomerado dividida em três fases distintas, é possível afirmar que as duas primeiras são da autoria de Januário Godinho, mas em relação à terceira fase, apenas realizada no início dos anos 60, não terá sido acompanhada pelo Januário Godinho.

Nesse primeiro plano para o bairro de Vila Nova, Januário Godinho propõem então, uma série de alterações ao projecto inicial, não só ao nível do plano como na própria configuração dos edifícios. Na memória descritiva respectiva, o arquitecto esclareceu alguns dos princípios adoptados quanto à “...urbanização do pequeno núcleo habitacional”. Ao contrário da implantação inicial proposta com as casas espalhadas pelo terreno, o arquitecto propõem o agrupamento de casas por blocos, casas gémeas, para dar unidade ao conjunto e respeitar a experiência e a própria tradição. Outro aspecto do plano “...é a disposição das construções segundo a geito das curvas de nível e respectivas cotas; dispondo à mesma cota várias construções da mesma grandeza e tipo, obtêm-se certamente uma linha de perfeita harmonia e do melhor resultado quanto a economia, estética e lógica das comunicações”<sup>8</sup>.

O local escolhido para Vila Nova foi o que apresentava, dos cinco aproveitamentos realizados, maior irregularidade e declive do terreno e pela observação do plano é perceptível a concentração do programa numa pequena mancha urbanizada de terreno. A construção assentou numa trama de caminhos que se estendiam sobre o

---

<sup>7</sup> Memória descritiva e justificativa do aglomerado habitacional da central de vila nova, serviços de engenharia civil, 20 de Janeiro de 1948 – Arquivo técnico da EDP, Porto (PRT-1948-00001) p.2.

<sup>8</sup> Memória descritiva e justificativa do projecto definitivo para o aglomerado habitacional da Central de Vila Nova, Assinada por Januário Godinho, 14 de Maio de 1948 – Arquivo técnico da EDP, Porto (PRT-1949-00015) p.1.

território adaptando-se, com grande liberdade de traçado, às diferentes condições topográficas e dando lugar ao assentamento residencial. O grande declive existente ditou as directrizes para a implantação dos edifícios em redor das ruas sinuosas que acompanhavam a inclinação natural originando plataformas de nível onde assentaram as construções. Surgindo “...assim uma série de linhas horizontais, envasamentos e beirais, desenhando no espaço a própria configuração do terreno como que em grandes degraus que se destacam consoante a categoria ou função das diversas construções”<sup>9</sup>.



**Figura 6.** 1º fase construída do bairro de Vila Nova, 1950 – Fotografia Alvão, Arquivo Fotográfico da EDP, Porto.

Na primeira das três fases projectadas, foi construída a casa do engenheiro-chefe localizada na entrada do bairro, a uma cota intermédia entre a zona social e as primeiras. Na parte inferior, surgiu em primeiro plano, voltada para a paisagem, a pousada – albergaria e na cota superior a primeira série de casas. Em todos estes edifícios, “...adoptou-se como principio a fachada francamente exposta a sul, de modo a não contrariar demasiadamente aquilo que a experiencia de séculos mostra claramente nos exemplos locais do próprio povo. Isto é lógico e fácil de compreender quando se trata de terrenos acidentados e difíceis como este onde se vai construir o bairro, em qualquer outro local ou região onde as características sejam idênticas, verificar-se-á exactamente idêntico princípio de construção. ... Em terrenos acidentados, a melhor forma de obter bons resultados é respeitar o sol e o ritmo natural do terreno, construindo sobre uma única curva de nível se tanto fosse possível”<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> Idem p.2.

<sup>10</sup> Idem p.3.

Na segunda fase foram construídas as casas para os operários, acompanhando a subida da encosta, definindo um aglomerado segundo “anéis” concêntricos, na procura da melhor adaptação com a paisagem e da orientação solar. As casas estão afastadas das ruas e criaram-se pequenos percursos desde da via principal, semelhantes aos caminhos de acesso às várias casas rurais dispersas naquelas paisagens. Também no interior as divisões apresentam grandes semelhanças com as tradições locais, associando-se a uma tipificação de um determinado modo de vida e procurando através da homogeneização dos diferentes espaços, com áreas semelhantes, uma grande flexibilidade de uso de acordo com a conveniência das famílias que as habitavam, em conformidade com as instruções da HICA.



**Figura 7.** Casas geminadas da 1ª fase construída do bairro de Vila Nova, 1951 – Fotografia Alvão, Arquivo Fotográfico da EDP, Porto.

Já nos programas sociais, capelas, escolas e principalmente na pousada manifestou-se a capacidade mais expressionista da arquitectura de Januário Godinho, realçando as linguagens vernaculares e orgânicas numa procura de renovadas e autênticas fontes de legitimação na arquitectura popular e no sentido comum. Nestes projectos observamos como explorou as potencialidades paisagísticas associadas à criação de ambientes de grande fluidez e intimidade, assim como a aplicação de materiais e técnicas tradicionais articuladas com a utilização do betão. Não sendo possível neste ensaio maiores ilações sobre este assunto, ele terá oportunamente mais desenvolvimentos.

Em 1950, após a realização de sucessivas viagens pelo interior rural, os arquitectos redigiram o *Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal* e procurando ir um pouco além das críticas reformistas dos engenheiros agrónomos e das questões de carácter etnográfico, fizeram uma leitura da arquitectura popular sob o prisma do modernismo,

conforme às correntes mais divulgadas na Europa de 50.

Esta aproximação funcionalista mediou o inquérito, colocando as questões nas soluções construtivas aos condicionalismos locais, à finalidade do edifício e na adequação dos materiais e não em aspectos pitorescos. É exactamente esta postura perante a arquitectura popular que permitiu aos arquitectos do Sindicato Nacional dos Arquitectos, como afirmaria Fernando Távora, constatar que a diversidade da arquitectura popular, “...era uma visão de continuidade, de confirmação da proximidade entre os valores da arquitectura moderna e da arquitectura popular”<sup>11</sup>.

Qual o entendimento que Januário Godinho teve destes territórios e quais as estratégias de intervenção que utilizou?



**Figura 8.** Interior de uma casa do bairro de Vila Nova, Abril 1952 – Fotografia Alvão, Arquivo Fotográfico da EDP, Porto.

Não nos parece que, pelo espaço temporal quase simultâneo entre o inquérito e as construções dos aproveitamentos da HICA, que o primeiro tenha tido alguma influência na forma de pensar de Januário Godinho, mas é claro que, “alguns edifícios, para não se dizer todos, foram estudados tendo em atenção o aspecto geral do conjunto que se procura seja disciplinado, atraente e de sabor local, mas claro e limpo na sua estrutura e feição. O emprego de materiais do sítio, o modo de cobrir e porventura o capricho de alguns acabamentos, dar-lhe-ão o arranjo e a graça que a escala desta obra impõe”<sup>12</sup>.

<sup>11</sup> A.A.V.V “Arquitectura Popular em Portugal”, Associação dos arquitectos Portugueses, Lisboa, 1988, 3ª edição (1.ª edição, 1961, Sindicato Nacional dos Arquitectos), Volume 01.

<sup>12</sup> Idem p.3.

## Bibliografia

- A., Ruben ANDRESEN, Maria Teresa, "Para a crítica da paisagem", [ed. Autor policopiado], Dissertação de doutoramento apresentada na Universidade de Aveiro, 1992.
- BRITO, Raquel Soeiro de, Dir. "Portugal perfil geográfico", Editorial Estampa, Lisboa, 1994.
- FRANÇA, José Augusto, *A Arte em Portugal no século XX, 1991-1961*, Lisboa, Editora Bertrand, 1991.
- JACINTO, Rui Candeias, "As barragens em Portugal: de finais de oitocentos ao limiar do século XX" in *Momentos de inovação e engenharia em Portugal no século XX*, 3 volumes, Lisboa, Centro de estudos em inovação, tecnologia e políticas de desenvolvimento do Instituto Superior Técnico - Dom Quixote, 2004.
- KAGAN, Jerome, *The Three Cultures: Natural Sciences, Social Sciences, and the Humanities in the 21st Century*, Cambridge University Press, New York, 2009.
- LEAL, João, "Etnografias Portuguesas (1870 – 1970): Cultura Popular e Identidade Nacional", Publicações Dom Quixote, Lisboa, 2000.
- GUBLER, Jacques in ORTELLI, Luca, *L'aosta*, in "*L'industria e la città: La Cogne e Aosta, storia di un secolo, Architettura, siderurgia, território*", Veneza, Marsilio Editori, 1998.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, e GALHANO, Fernando, "Arquitectura tradicional portuguesa", Publicações D. Quixote, Lisboa, 2003, 5ª edição (1ª edição 1992).
- PEREIRA, Nuno Teotónio, "Engenheiros e Arquitectos em meados do século: um testemunho pessoal" in *Momentos de inovação e engenharia em Portugal no século XX*, 3 volumes, Lisboa, Centro de estudos em inovação, tecnologia e políticas de desenvolvimento do Instituto Superior Técnico e publicações Dom Quixote, 2004.
- PORTAS, Nuno, "Januário Godinho – 1910", in Catálogo da exposição, *Arquitectura, Pintura, Escultura, Desenho*, integrada nas comemorações do 75º aniversário da UP, Porto, Universidade do Porto, 1987.
- RIBEIRO, Orlando "Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico", Lisboa, Livraria Sá da Costa, 6ª edição, Lisboa, 1991 (1ª edição 1947).
- RIBEIRO, Orlando, "Opúsculos Geográficos – VI volume – Estudos Regionais", Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1995.
- RODRIGUES, Manuel; MENDES, José (Org.), *História da indústria portuguesa - da idade média aos nossos dias*, Ass. Industrial Portuense, Ed. Europa América, Lisboa, 1999.
- ROGER, Alain, *Court traité du paysage*, Paris, Éditions Gallimard, 1997.
- ROSAS, Fernando e BRITO, J. M. Brandão de, (Org.) *Dicionário de História do Estado Novo*, 2 volumes, Lisboa, 1998.
- SALES, Fátima, *Januário Godinho na arquitectura Portuguesa, ou a outra face da modernidade*, 2 Volumes. Valladolid: [ed. do autor], 2000. Dissertação de Doutoramento apresentada na Escuela Técnica Superior de Valladolid.
- TAVARES, André, *Modernidade e Contradição. Duas obras de Januário Godinho em Ovar*. Porto: [ed. do autor], 2000. Prova Final de Licenciatura em Arquitectura apresentada à FAUP, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.
- TOSTÕES, Ana, "Em direcção a uma estética industrial: Zeitwill ou vontade de modernidade" in *DOCOMOMO, A arquitectura da indústria – 1925 – 1965*, Barcelona, Actar, 2000.

**CÉSAR MACHADO MOREIRA.** Porto, 1974. Doutorando na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2010, Mestre pela Universidade Lusíada, 2009, Master pelo Politécnico da Catalunha, 2000 e Licenciado pela Universidade Lusíada, 1998. Colaborador do Centro de Investigação em Território, Arquitectura e Design e do Centro de Estudos Arnaldo Araújo. É docente da Universidade Lusíada da cadeira de projecto I desde 2001 e da cadeira de projecto III desde de 2010. É sócio do atelier EZZO, responsável por uma série de projectos de arquitectura e design. Desde de 2006 que o seu trabalho está publicado em diversas publicações nacionais e internacionais e representado em exposições.